



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 13/2016

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 22 de junho de 2016

----- Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para endereçar convite aos vereadores opositores, sobre a sessão de esclarecimentos a decorrer, na parte da tarde, no que concerne ao Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais, resultado de uma parceria entre o Município de Alcoutim e a Universidade do Algarve, cujo objetivo baseia-se na qualificação de jovens, com perfil adequado para a intervenção em desenvolvimento (rural) e planeamento regional, numa perspetiva global da

sustentabilidade dos recursos económicos, dando nota ainda da existência de dezassete pré-candidaturas. Findou referindo que o ponto dez da Ordem de Trabalhos **“SUSPENSÃO DOS PRAZOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 12.º AO 15.º DO REGULAMENTO DO LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL”** será retirado. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para endereçar uma palavra de apreço à Associação BTT Baixo Guadiana pela organização do evento “*2H de Resistência de BTT*”, no passado dia 11 de junho, tendo contado com 135 participantes. Agradeceu de seguida a colaboração da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, Associação “A Moira” e Agrupamento 1107 (escutas). -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que é com a organização deste tipo de iniciativas que afirmamos a região e promovemos/dinamizamos o comércio local, e como tal espera que a prova/evento se realize no próximo ano. -----

----- A vereadora Dr^a Dalila Barros interveio para questionar se o presidente já tem conhecimento dos intervenientes, no âmbito do protocolo contratualizado com Santa Casa da Misericórdia, no concerne à integração profissional de munícipes de maior vulnerabilidade à exclusão social (junho/dezembro 2016), tendo o presidente esclarecido de seguida que se realizará ainda uma reunião com o Gabinete de Ação Social, para definição dos intervenientes, e que possivelmente o início desse protocolo terá que ser adiado para 01 de julho. A vereadora continuou a sua intervenção mencionando de que deverá ocorrer uma adaptação ao documento, uma vez que não vai ser pago o mês de junho, bem como questionar se o presidente já tem na sua posse cópia do relatório do Group Focus, no âmbito das Jornadas do Mundo Rural, para entregar aos vereadores opositores, tendo o presidente mencionado que ocorrerá uma retificação do protocolo. De seguida entregou 1 (um) exemplar do referido relatório. A vereadora solicitou ainda ao presidente uma pequena resenha sobre o Canil Intermunicipal, para conhecimento dos membros presentes. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para elaborar uma pequena síntese sobre o Canil Intermunicipal, nomeadamente que a infraestrutura em causa é de âmbito intermunicipal, e que o assunto foi presente e discutido em


2

D

sede da Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL, sendo um projeto que engloba um conjunto de municípios, onde inicialmente estava previsto a sua construção em Olhão, todavia, numa primeira abordagem sobre a temática apresentou vários motivos para que o mesmo fosse contruído no concelho de Alcoutim, devido à existência de terrenos disponíveis para o efeito e pelo facto de o mesmo contribuir no combate às assimetrias existentes, designadamente na criação de postos de trabalho. Referiu igualmente que a proposta *“foi bem aceite”* pelos municípios integrantes, e que o processo inicialmente teve um acompanhamento mais *“técnico de que político”* com o objetivo de *“perceber os formalismos que tínhamos que cumprir”*. Deu nota ainda que houve *“a necessidade de alterar o número de habitantes, para uma povoação maior (500 animais)”*, dado que na última reunião sobre essa temática, a Dr^a Dalila Barros alertou para projeto-Lei, aprovado apenas na Madeira, e que condiciona o número de habitantes do canil/gatil. Continuou referindo que o projeto em causa tem um investimento de € 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros) e criará doze postos de trabalhos para os Alcoutenejos, uma vez que *“acredita que não existam intenções por parte dos restantes municípios”*. Finalizou a sua intervenção mencionando que se encontra a decorrer a negociação para aquisição do terreno, e que se perspectiva que *“a obra iniciará ainda este ano, para estar concluída no início de 2017”*, bem como informar que solicitou aos técnicos responsáveis a verificação *“dentro das possibilidades”*, em termos de candidaturas a fundos comunitários, *“não sendo possível termos que avançar, aquilo tem um custo por cada município de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), sendo as despesas de gestão distribuídas proporcionalmente ao número de habitantes de cada concelho, o que nos coloca num patamar de menor contributo líquido para essa despesa”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que não tinha sido informado sobre o assunto, *“apenas tinha conhecimento que se andava a tratar de criar um Canil Intermunicipal, e que possivelmente viria para Alcoutim”*. Acrescentou de seguida que o presidente referiu que a infraestrutura a criar tem um custo de € 1. 200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), cabendo a cada município a quota de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), bem como que o canil estaria concluído no próximo ano, e é nesse sentido que questiona

P

se existe projeto ou não da infraestrutura e *“se ainda não existe a garantia de fundos comunitários”* se a obra iniciará ainda este ano. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que não existe a garantia absoluta *“de isso vir a acontecer, dado que são intenções”*, dado que se trata de um projeto intermunicipal, sendo a entidade responsável a AMAL, porém, o que deverá ser valorizado neste processo é que a infraestrutura será sediada em Alcoutim. -----

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que corrobora com o referido pelo presidente, no entanto, considera que o projeto em causa é de âmbito intermunicipal, o que acarretará outros formalismos, por parte do conjunto de municípios que integram esse projeto, e foi nesse sentido que apontou a sua questão. Questionou novamente se existe ou não projeto, bem como a sua localização, tendo o presidente esclarecido que foi apresentado, na referida reunião, um esboço de projeto, *“que funciona por módulos, o que poderá ser uma vantagem, desde que haja espaço”*. Findou informando novamente que houve uma proposta, também na referida reunião, para um aumento do número de animais (500), no entanto, ainda não tem dados concretos, em termos de despesas, e que a sua localização será perto do Itinerário Complementar vinte e sete (IC 27), junto do depósito da água. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que o esboço do projeto apresentado *“foi o resultado”* das necessidades apontadas/indicadas pelos veterinários municipais, *“e que o aumento dos 500 animais, acarretará apenas o aumento das box's, porque o resto do projeto fica igual”*. Informou de seguida as sugestões apresentadas na reunião, por alguns municípios, nomeadamente o aumento da zona de armazenamento, a construção de um anfiteatro a fim de existirem ações pedagógicas para crianças e um hotel para vinte animais. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para acrescentar que o Canil Inermunicipal terá uma gestão AMAL, *“apenas seremos parceiros”*, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para referir que não corrobora com o mencionado, dado que a AMAL não está vocacionada para o efeito. O presidente esclareceu que referida entidade *“só gere administrativamente, uma vez que cabe aos técnicos gerir o espaço”*. -----

R

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º116) respeitante ao dia 21 de junho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.460.326,07; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.125.548,10; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 327.365,82. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 12/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 08 de junho de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida Ata, pelo facto da mesma não estar presente na reunião. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO DE MARTIM LONGO (ADEC MAR) – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:**

Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 9.000,00 (nove mil euros), à Associação de Desenvolvimento Etnográfico de Martim Longo (ADEC MAR), para apoio à execução do Plano de Atividades. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar o porquê do protocolo que veio na última reunião, cuja proposta foi retirada, continha o valor de € 6.000,00 (seis mil euros) e agora contém € 9.000,00 (nove mil euros), tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que na proposta inicial ocorreu um erro na cabimentação e daí a mesma ter sido retirada para retificação, sendo o valor a atribuir “*exatamente igual (€ 750,00/mês)*”, em anos anteriores, no que

5



R

concerne à atividade regular do Rancho Folclórico. A vereadora continuou a sua intervenção questionando se o valor a atribuir prende-se com o rancho ou para execução do Plano de Atividades da Associação, tendo o vereador Paulo Paulino explicado que o protocolo, em anexo, à proposta encaminha para o Rancho, existindo uma outra proposta para a realização do Festival do Folclore.-----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que as dúvidas suscitadas tem razão de existir, uma vez que no conteúdo da proposta, nomeadamente nos seus considerandos consta “ *O solicitado pela Associação de Desenvolvimento Etnográfico de Martim Longo (ADECMAR), para fazer face a despesas com o Plano de Atividades para o ano de 2016*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO DE MARTIM LONGO (ADECMAR) – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA ORGANIZAÇÃO DO XIII FESTIVAL DE FOLCLORE:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 2.000,00 (dois mil euros), à Associação de Desenvolvimento Etnográfico de Martim Longo (ADECMAR), para apoio à organização do Festival de Folclore, integrado n seu Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AO FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal de acordo com

6

R

o previsto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 35.º da mesma Lei, deliberar ratificar a Adenda ao Contrato-Programa, relativo ao financiamento do programa de generalização do fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, respeitante ao ano letivo 2014/2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE: MARIA TERESA VALES SEABRA – PROCESSO 10/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugada com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de € 288,65 (duzentos e oitenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos), à Sr.ª. D. Maria Teresa Vales Seabra, para apoio a consulta de oftalmologia e aquisição de óculos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE: CARLOS FERNANDO DE JESUS ESCOBAR – PROCESSO 09/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugada com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de € 467,75 (quatrocentos e sessenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos), ao Sr. Carlos Fernando de Jesus Escobar, para apoio a consulta de oftalmologia e aquisição de óculos. -----

----- A vereadora Dr.ª Dalila Barros interveio para alertar que existe uma pequena divergência de valores entre a proposta apresentada e a informação do



R

Gabinete de Ação Social, tendo o presidente mencionado que procederá à retificação do valor na referida proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----


----- **EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA 2.ª FASE DA AVENIDA DE MARTIM LONGO E ARRANJO PAISAGÍSTICO DA SUA ENVOLVENTE – 2.ª FASE DA AVENIDA DE MARTIM LONGO – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO - RATIFICAÇÃO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho de aprovação da minuta de contrato da Empreitada de Execução da 2.ª Fase da Avenida de Martim Longo e Arranjo Paisagístico da sua envolvente – 2.ª Fase da Avenida de Martim Longo, proferido em 16 de junho de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTOS DE ÁGUAS RESIDUAIS DE MONTES DO RIO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar abrir concurso público para a execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Montes do Rio, bem como que o procedimento seja conduzido por um júri constituído por: presidente (chefe de divisão de obras, planeamento e Gestão Urbanística, Equipamento, Ambiente e Serviços Urbanos – Henrique Siu Fang Hou), efetivos (Técnico Superior – Paulo de Jesus Fernandes Pereira; Técnico Superior – Jorge Filipe Maria da Palma), Suplentes (Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Obras Municipais, Particulares e Loteamentos Urbanos – Rosa Maria Dias Gonçalves Lourenço; Técnico Superior – Nelson Barão Teixeira Gonçalves). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,



aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 22 de junho de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas onze horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário

